

Educação Rural no campo: é direito e não esmola

Rural Education in the countryside: it's a right, not a handout

Vanda Almeida da Cunha Araújo ^{1*}, PhD. Dra. Débora Araújo Leal ².

RESUMO

A Educação no campo nos remete a uma reflexão sobre os problemas estruturais que produzem as diversas desigualdades que a educação brasileira apresenta e até reproduz. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, onde possibilitou um olhar para o povo da zona rural, com a opinião de diversos autores, teorias e a responsabilidade principal do Estado como garantidor dos direitos sociais. Dessa maneira, foi mostrado que a falta de recurso do Estado na Educação do campo possibilitou que o número de analfabetos no Brasil aumentasse, a baixa renda da família e a falta de emprego. A necessidade do sistema educativo para o povo do campo é de extrema importância, o direito a educação é garantido a todos os brasileiros, independentemente de cor, raça, classe social, religião e gênero. Diante disso, o Estado tem a obrigação de incluir nos currículos brasileiros de educação, a Educação Rural para o povo rural e proporcionar recurso para inclusão de escolas nas zonas rurais com merenda de qualidade, professores qualificados e instrutura adequada.

Palavras Chaves: Escola; Professores; Campo; Educação.

ABSTRACT

Education in the countryside leads us to a reflection on the structural problems that produce the various inequalities that Brazilian education presents and even reproduces. The methodology used was bibliographic research, which allowed a look at the people of the rural area, with the opinion of several authors, theories and the main responsibility of the State as guarantor of social rights. In this way, it was shown that the lack of State resources in rural education made it possible for the number of illiterates in Brazil to increase, the low family income and the lack of employment. The need for the education system for rural people is extremely important, the right to education is guaranteed to all Brazilians, regardless of color, race, social class, religion and gender. In view of this, the State has the obligation to include Rural Education for the rural people in the Brazilian education curricula and provide resources for the inclusion of schools in rural areas with quality meals, qualified teachers and adequate instruction.

Keywords: School; teachers; Field; Education.

¹ Instituição de afiliação1 Emil Brunner World University - USA

*E-mail: vandafases@gmail.com

INTRODUÇÃO

A educação rural no campo é marcada por lutas, não foi fácil incluir a educação rural nos currículos educacionais, a população camponesa era excluída da sociedade e com esse preconceito, o direito a educação também era retirados delas, os currículos precisam atender as questões peculiares que fazem parte do campo, como a cultura e o modo de vida, por exemplo.

Nesse sentido, a educação quando aplicada para o povo do campo, é necessário que esta leve em consideração, desde o seu planejamento, os aspectos que norteiam a vida no campo para que estes aprendam não apenas conteúdos didáticos, como também aprendam a valorizar sua cultura, sua história, e aprendam novos manejos e técnicas referentes às suas atividades diárias.

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica a partir de levantamento de fontes teóricas sobre a educação rural. A expressão “Educação do Campo” nasceu primeiro como Educação Básica do Campo no contexto de preparação da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em Luziânia, Goiás, de 27 a 30 de julho 1998. A partir daí, passou a ser chamada Educação do Campo por meio das discussões do Seminário Nacional realizado em Brasília de 26 a 29 de novembro 2002, decisão posteriormente reafirmada nos debates da II Conferência Nacional, realizada em julho de 2004 (CALDART, 2012).

Nos tempos antigos só existia educação para as pessoas de classe alta, pobre não podia estudar, mas podia trabalhar. Como as mulheres tinha mais convivência com os filhos dos patrões, pois muitas era babá dos filhos e teria que acompanhar em todo o momento, muitas aprendiam a ler e escrever, e com isso passava para os seus filhos, o que para os nobres seria uma traição, pois só os filhos deles e as suas esposas poderiam ter acesso à educação.

No Brasil, até 1930 a educação estava sob a responsabilidade da iniciativa privada, especialmente das instituições confessionais, que atuavam com subvenções estatais. A partir de 1930, com o projeto de modernização do país, o Estado assume a responsabilidade com a educação, especialmente com a educação primária. Antes de desse período, o acesso à educação pela classe operária era garantido a partir de iniciativa das entidades operárias, que criavam suas próprias escolas. (RODRIGUES, 2019).

As formas tradicionais de desenvolverem-se as políticas públicas de educação rural, foram desqualificadoras da própria existência do campo e dos seus sujeitos. Pensar uma Educação no Campo significa pensar o campo em toda a sua complexidade. Para isso, estamos estabelecendo a partir das próprias experiências vivenciadas pelos movimentos sociais uma série de reflexões teóricas que nos ajudem a interpretar e reorganizar as práticas em novos patamares de ação. Entre eles, está a necessidade de uma Política Pública de Educação do Campo que contribui para reafirmar o campo como território legítimo de produção da existência humana e não só da produção agrícola. (MOLINA & DE JESUS, 2004).

A educação como Política Pública, isto é, como responsabilidade estatal, se institucionaliza num contexto em que o Estado brasileiro assume o protagonismo no processo de modernização do país, o que significava criar as condições necessárias para desenvolvimento do capitalismo e às demandas da elite, porém a regulamentação e aprimoramento do seu objetivo inicial se dão no contexto política de Estado teve implicações diretas nas grandes reformas educacionais ocorridas principalmente nas décadas de 1960 e 1970, oriundas dos acordos entre MEC-USAID, por meio das quais o Brasil recebeu assistência técnica e coop. (RODRIGUES, 2019).

Essa invisibilidade em torno da educação dos e para os povos do rural, principalmente nas esferas políticas e governamentais se perpetuou até o final do século XIX e início do século XX. A partir de então, as indústrias e agroindústrias começaram a solicitar mão de obra mais qualificada e o país necessitava sair do estado de “atraso” em que se encontrava. É nesse momento que o debate sobre a educação dos povos do rural começa a ganhar espaços de discussão sob perspectivas e interesses além dos sujeitos do campo (FERNANDES, 2004).

Para Leite (2002), a educação rural passa a “ganhar relevância política no cenário educacional brasileiro a partir de 1910, quando se observou um grande contingente migratório de pessoas do rural em direção às cidades. Os migrantes estavam em busca dos empregos resultantes da ampliação do processo de industrialização e, também, de melhores condições de vida para suas famílias.

EDUCAÇÃO PARA O CAMPO

Para Tardif e Lessard (2009), a escolarização repousa basicamente sobre interações cotidianas entre os professores e os alunos. Sem essas interações a escola

esvazia-se. Mas essas interações não acontecem de qualquer forma: ao contrário, elas germinam, formam raízes e se estruturam no trabalho escolar e, principalmente, do trabalho dos professores sobre e com os alunos. Por isso, a importância da academia desenvolver pesquisas voltadas para a compreensão da história da educação rural e suas formas de trabalho, possibilitando ampliar pesquisas que visem ao reconhecimento e à valorização da Educação Rural no país.

Em 2002, surgiu o programa Brasil Alfabetizador, na gestão do presidente Luís Inácio Lula da Silva. A Educação de Jovens e Adultos é organizada em três âmbitos: o individual, o profissional e o social, a função destes três âmbitos refere-se ao próprio desenvolvimento amplo do ser humano tanto para a vida em comunidade, para o mercado de trabalho e para o desenvolvimento pessoal (OLIVEIRA, 2017).

Já em 2007, o Ministério da Educação (MEC) aprova a criação do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), passando, todas as modalidades de ensino, a fazer parte dos recursos financeiros destinados à educação (SOARES, 2016).

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil é marcada pela descontinuidade e por tênues políticas públicas, insuficientes para dar conta da demanda potencial e do cumprimento do direito, nos termos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988. (BRASIL, 1988).

Destaca-se a importância de a escola localizar-se no campo, para que seja reforçado o debate da educação do campo. Mesmo havendo necessidade de nuclearização, é importante que esta seja efetivada no próprio campo. A escola vai além de um local de produção e socialização do conhecimento, sendo espaço de convívio social, onde acontecem reuniões, festas, celebrações religiosas, atividades comunitárias como bazar, vacinação etc., que vivificam as relações sociais na comunidade, potencializam e a permanente construção de uma identidade cultural e, em especial, a elaboração de novos conhecimentos. Fixada no campo, evita o desgaste provocado pelas grandes distâncias e pelo transporte de baixa qualidade. (SEDUC, PR, 2006).

A necessidade da Educação Rural é de extrema valia, o posicionamento tomado pelo governo é preocupante, a falta de interesse dos governos para com a educação rural criou um ciclo vicioso em estabelecer programas e projetos que tinham data marcada para começar e terminar, não havia vontade política em estabelecer ações educacionais estruturantes para as pessoas do rural. Essa situação, atrelada à concentração de terras nas

mãos dos latifundiários deu origem a uma grande massa de homens e mulheres desprovidos de oportunidades de estudo, trabalho e renda.

Para Mendras (1969, p. 35), “a oposição entre cidade campo é uma face da realidade, pois em outros aspectos a população de ambos faz parte de uma única sociedade”. Assiste-se hoje uma urbanização do campo e uma ruralização das cidades, porém em menor escala este último, pois o signo do rural que antigamente marcava tudo, até as cidades, diminui; enquanto a urbanização penetra até os pontos mais longínquos do campo.

Deve ser uma educação entendida não como um fim em si mesma, mas como um instrumento de construção da hegemonia de um projeto de sociedade incluyente, democrática e plural. (HAGE, 2005, p.18.).

Segundo Leite (1999), a educação rural no Brasil, por motivos socioculturais, sempre foi relegada a um plano inferior e teve por retaguarda ideológica o elitismo, acentuado no processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e na interpretação político-ideológica da oligarquia agrária, conhecida popularmente pela expressão “gente da roça não carece de estudos”. Isso é coisa de gente da cidade. Historicamente, as políticas públicas para a chamada “educação rural” estiveram vinculadas a projetos conservadores e tradicionais de ruralidades para o país. Em geral, centravam-se no agronegócio, no latifúndio, no agrotóxico, nos transgênicos, na exportação e na exploração indiscriminada dos recursos naturais, sendo marcadas, profundamente, pelo abandono e pelos tropeços do poder público.

Tais paradigmas direcionam as políticas e práticas educativas efetuadas no meio rural, tornando-se assim agentes da exclusão social e educacional. Contribuem para a negação dos direitos, histórias, sonhos, gestos e identidade dos sujeitos. A educação rural no Brasil ainda é uma realidade, mesmo diante de avanços consideráveis na concepção de educação do campo.

O contexto histórico de surgimento da educação rural no Brasil esteve atrelado aos valores advindos de uma elite ruralista baseada em objetivos nacionalistas, de exaltação da natureza e vocação agrária, visando, sobretudo, ao princípio da “adequação e ajustamento” da classe trabalhadora rural aos interesses dominantes. O movimento ruralista revelava-se na face político-ideológica dessa adequação e ajustamento, defendendo os interesses das oligarquias rurais. Nessa perspectiva, os preconizadores do “ruralismo pedagógico” incentivaram, com suas ideias, a formação do ensino agrícola no

país. A escola rural deveria ser um aparelho educativo organizado em função da produção (KREUTZ, 2008 apud CALAZANS, 1993).

Em 2008 é criada a resolução nº 2, visando estabelecer as diretrizes e princípios para o desenvolvimento da Educação Básica do Campo:

Art. 1º A Educação do Campo compreende a Educação Básica em suas etapas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de nível médio integrada com o Ensino Médio e destina-se ao atendimento às populações rurais em suas mais variadas formas de produção da vida - agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros. [...]

Art. 2º Os sistemas de ensino adotarão medidas que assegurem o cumprimento do artigo 6º da Resolução CNE/CEB nº 1/2002, quanto aos deveres dos Poderes Públicos na oferta de Educação Básica às comunidades rurais. Parágrafo único. A garantia a que se refere o caput, sempre que necessário e adequado à melhoria da qualidade do ensino, deverá ser feita em regime de colaboração entre os Estados e seus Municípios ou mediante consórcios municipais. [...]

Art. 3º A Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental serão sempre oferecidos nas próprias comunidades rurais, evitando-se os processos de nucleação de escolas e de deslocamento das crianças. [...]

Art. 4º Quando os anos iniciais do Ensino Fundamental não puderem ser oferecidos nas próprias comunidades das crianças, a nucleação rural levará em conta a participação das comunidades interessadas na definição do local, bem como as possibilidades de percurso a pé pelos alunos na menor distância a ser percorrida. Parágrafo único. Quando se fizer necessária a adoção do transporte escolar, devem ser considerados o menor tempo possível no percurso residência-escola e a garantia de transporte das crianças do campo para o campo. [...]

Art. 5º Para os anos finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio, integrado ou não à Educação Profissional Técnica, a nucleação rural poderá constituir-se em melhor solução, mas deverá considerar o processo de diálogo com as comunidades atendidas, respeitados seus valores e sua cultura. [...]

Art. 7º A Educação do Campo deverá oferecer sempre o indispensável apoio pedagógico aos alunos, incluindo condições infraestruturas adequadas, bem como materiais e livros didáticos, equipamentos, laboratórios, biblioteca e áreas de lazer e esporte, em conformidade com a realidade local e as diversidades dos povos do campo, com atendimento ao art. 5º das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo. [...]

Art. 9º A oferta de Educação do Campo com padrões mínimos de qualidade estará sempre subordinada ao cumprimento da legislação educacional e das Diretrizes Operacionais enumeradas na Resolução CNE/CEB nº 1/2002. [...].

A história da educação do campo surgiu, inegavelmente, a partir das lutas e do inconformismo de uma massa de trabalhadores e trabalhadoras, crianças, jovens e adultos vinculados aos movimentos sociais camponeses, de luta pela terra e pela reforma agrária. Esses sujeitos, individuais e coletivos, compreenderam que as escolas tradicionais e conservadoras do campo não teriam, na sua organização político-pedagógica e curricular, lugar para suas histórias, memórias, identidades, sonhos e desejos. Em sua grande maioria, a estrutura formal dessas escolas desrespeita ou desconhece a realidade do entorno, seus valores, saberes, interesses, formas de ensino e aprendizagens (BENJAMIM; CALDART, 2000).

A fim proporcionar mudanças que seria necessária para se ter uma educação rural de qualidade, movimentos sociais foram articulados juntamente com os sindicatos e algumas organizações como igreja em busca de garantir mudanças para o campo. Um importante passo neste sentido foi assegurado com o artigo 28 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996:

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I - Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - Organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural. (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996).

As mulheres em determinada situação sentem-se constrangidas pelo fato de não conseguirem desenvolver atividades relacionadas à leitura, a escrita e a interpretações de situações da vida cotidiana. Algumas dessas situações estão relacionadas a fatos do dia-a-dia, como, por exemplo, uma reunião de escola, o acompanhamento das atividades escolares dos filhos, reuniões no grupo religioso que frequentam, ou seja, situações do cotidiano que demandam conhecimentos escolares, os quais algumas delas ainda não dominam.

Segundo Cunha, (2009):

Tais estereótipos são criados pelo ethos da sociedade brasileira em relação ao camponês visto como sendo aquele que pertence ao mundo atrasado. A partir de um estudo fundamental de Martins (1975) o camponês é visto como o Jeca Tatu que precisa se adequar e se integrar

ao sistema social do mundo urbano que hoje é o mercado. Desencadeia-se por meio da relação entre urbano-rural uma situação de dependência e fetiche construída pelas relações políticas e pelo modo de produção. É preciso romper com essa visão unilateral, dicotômica (moderno-atrasado) que gera a dominação do urbano sobre o rural e recriar uma concepção de dependência mútua, onde um não sobrevive sem o outro. (CUNHA, 2009, p.225)

A realidade dos moradores dos pequenos espaços rurais que ficam nos arredores das grandes cidades, é marcada pela busca da sobrevivência, em sua maioria. A falta de um pedaço de terra para a aquisição do sustento da própria família é o maior entrave. A fonte de renda é comprometida, pois não existem muitos empregos e os que existem pagam muito pouco, a produção também fica comprometida pela falta de espaço para o plantio e as questões climáticas manifestadas pela ocorrência das secas dificultam a permanência dos jovens e adultos em suas comunidades.

A escola é o espaço que deve favorecer a todos os indivíduos a possibilidade de acesso aos conhecimentos historicamente construídos pela humanidade. Para isso, buscamos discutir a valorização do trabalho das mulheres que desempenham diversas tarefas no campo, as quais muitas vezes têm seu trabalho totalmente invisibilizado (CASTRO, 2014 & 2015). Para Heleieth Saffioti 2013, p. 32:

Em todas as épocas e lugares tem ela contribuído para a subsistência de sua família e para criar a riqueza social. Nas economias pré-capitalistas, especificamente no estágio imediatamente anterior à revolução agrícola e industrial, a mulher das camadas trabalhadoras era ativa: trabalhavam nos campos e nas manufaturas, nas minas e nas lojas, nos mercados e nas oficinas, teciam e fiavam, fermentavam a cerveja e realizavam tarefas domésticas. Enquanto a família existiu como uma unidade de produção, as mulheres e as crianças desempenharam um papel fundamental.

Segundo Ribeiro (2006), o sentido de educação rural aparece quando há referência à política do início e decorrer do século XX, cuja preocupação era com as ações que pudessem superar o “atraso” presente entre os trabalhadores e moradores do espaço rural.

A educação rural ou no campo no Brasil, sempre ficou em segundo plano por razões socioculturais, tendo a educação um histórico ideológico elitista desde a chegada dos jesuítas, e uma política oligárquica, na qual quem trabalhava na roça não precisava estudar, somente quem era da área urbana tinha esse privilégio (LEITE, 2002).

Em consonância, Silva Junior e Borges Netto (2011), afirmam que:

No que se refere à educação no meio rural, observamos que foi historicamente relegada a espaços marginais nos processos de elaboração e implementação das políticas educacionais na realidade brasileira. Uma das possíveis interpretações para esse aspecto - embora não seja a única - diz respeito às sólidas fronteiras entre o espaço urbano e o espaço rural marcadas por construções culturais hegemônicas do meio urbano que tende a inferiorizar, estereotipar e segregar as identidades e subjetividades do meio rural. (SILVA JUNIOR; BORGES NETTO 2011, p. 46)

O histórico desrespeito, negação de direitos e descaso com a educação e de outras tantas demandas necessárias aos povos do campo, ao longo de anos, despertou a organização e lutas dos trabalhadores rurais. Os anos de 1980 e 1990 foram marcantes para o fortalecimento das lutas dos povos camponeses, nesse período os movimentos sociais organizados almejavam uma nova concepção de educação para os povos do rural, discutiam propostas que iam além de uma educação compensatória, invisível e ineficiente.

METÓDO

Nesta pesquisa, a opção utilizada foi a metodologia de pesquisa bibliográfica, utilizando como técnica a abordagem baseada em opinião de autores e artigos. Nessa escolha foi percebido que a Educação Rural, seria um caminho cheio de curvas, pois estava adentrando num universo muito complexo, de insurgências diversas, continuidade e descontinuidades, onde as práticas vivenciadas pelos sujeitos nos mais amplos espaços sociais é que definem sua forma de ser, de estar e agir no mundo.

Trabalhar as questões relacionadas à educação com mulheres em espaços rurais levou a observar sensivelmente os traços dessas histórias, das narrativas, do tempo que constitui essas histórias, das experiências, da bagagem que trazem o processo da Educação no campo, os sonhos das mulheres e dos desejos. É preciso pensar cuidadosamente sobre todo o processo investigativo ao qual estava propondo. Essa preocupação foi fundamental para uma maior prudência nas etapas do trabalho.

Autores como Leite (1999), Freire (1996), Ferreira (2000), Santos (2019), Hage (2005), Castro (2004), entre outros, foram utilizados como referências para uma maior e melhor compreensão do trabalho metodológico proposto.

Partilhamos a visão de Gobato e Bezerra Neto (2010) de que há defasagem educacional bastante grande para a população que reside em áreas rurais em relação às

pessoas que residem nas áreas urbanas. Entretanto, os documentos nacionais de educação possibilitam que a educação para determinado grupo leve em considerações suas especificidades culturais, políticas e regionais, desta forma por mais que se faça necessário pensar em uma proposta de educação no campo, o ideal a longo prazo é que pensemos em uma educação que seja de qualidade para todos e não apenas para determinada parcela da população (GOBATO; BEZERRA NETO, 2010, p. 2).

RESULTADOS

As informações apresentadas resultam de uma série de fatores que envolvem a falta de recurso do Estado, a falta de inclusão da educação do campo nos currículos brasileiros e a falta de qualificação profissional, ocasionando pouca renda e conseqüentemente baixa qualidade de vida. Vale ressaltar que a maioria do povo do campo atribui à falta de educação a baixa renda da família, à falta de emprego e conseqüentemente isso atribui-se para os filhos, assim como ao baixo nível de escolaridade, o que, segundo o povo do campo, dificulta a maneira de ter um emprego e uma vida financeira estruturada.

Inicialmente, é preciso mencionar a diferença primordial entre educação do campo e educação rural, tal como posta no debate acadêmico e político na atualidade. Leite (1999) nos auxilia a entender a diferença no uso das terminologias. Ele destaca o papel do Estado no desenvolvimento da extensão rural e das preocupações com o atraso educacional que permeava o meio rural no início do século XX, no Brasil.

Na trajetória da educação rural, o homem do campo foi concebido como exemplo do atraso, e a política educacional se organizava em conformidade com os interesses capitalistas predominantes em cada conjuntura. Nos anos de 1960, Freire "(...) revolucionou a prática educativa, criando os métodos de educação popular, tendo por suporte filosófico-ideológico os valores e o universo sociolinguístico-cultural desses mesmos grupos" (Leite, 1999, p. 43).

Para Ferreira (2000), o lugar é um centro de significações insubstituível para a fundação de nossa identidade como indivíduos e como membros de uma comunidade, equiparando-se, desta maneira, ao conceito de lar. A realidade da história das mulheres do campo precisa de atenção das políticas públicas, na sua maioria são questões de ordem estruturais, as quais precisam de políticas efetivas, permanentes e que possam corrigir erros históricos de abandono e esquecimento.

As jovens investem em estudos e buscam alternativas de inserção profissional no mercado de trabalho urbano, principalmente devido ao processo sucessório que tradicionalmente privilegia os herdeiros do sexo masculino no acesso à terra, em detrimento das mulheres (DEERE; LEON, 2002).

O ato de ensinar não se reduz a apenas transferir o conhecimento, mas sim, dar forma e estilo a alguém ainda acomodado. Não há professor sem aluno e por essa razão, que o autor afirma “quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender” (FREIRE 1996, p. 23).

Assim, a partir das pesquisas realizadas, é possível considerar aspectos relacionados ao tamanho da população local, o seu crescimento e também às características do pessoal do campo.

Os números referentes à população, muitas vezes pode parecer insípidos e secos como os raios de sol, no entanto, para a reflexão que empreendo neste trabalho esses “elementos” são importantes para apresentar e representar os espaços e seus respectivos processos de mobilidade, de mudanças que construíram suas histórias de vida e que deixam fortes marcas em suas memórias.

Como podemos perceber, a história da educação rural no Brasil foi marcada, profundamente, pelo abandono e tropeços do poder público. Foi em oposição a esta situação que surgiram diversas iniciativas de movimentos sociais, sindicais e populares que, paralelamente, construíram inúmeras experiências educativas de reflexão acerca da realidade e interesses dos povos do campo. São iniciativas que defendem o meio rural como espaços de vida, da diversidade cultural e indenitária, das lutas, resistências e sonhos, portanto, territórios que carecem de políticas direcionadas a essa realidade. Não apenas uma mera transposição do que é elaborado no meio urbano. (SANTOS, 2017)

CONCLUSÃO

Historicamente, o conceito da educação no meio rural sempre esteve vinculado a um modelo de educação atrasada, com pessoal analfabetas, com falta de recurso por parte do Estado e de baixa qualidade. Esse problema se perdurou por muitos anos no Brasil.

É impossível falar em educação para os povos do campo, sem abordar os percursos de lutas e resistências dos movimentos sociais e de educação, pois foram eles que impulsionaram e contribuíram significativamente para a história da educação do campo. Das lutas mais gerais da classe trabalhadora pelo acesso à educação, os/as

trabalhadores/as do campo tiveram uma trajetória mais longa e demorada de acesso às políticas públicas educacionais. (SANTOS, 2019.)

É sabido que para proporcionar os professores as condições que favoreçam assumirem-se como seres sociais e históricos, pensantes, comunicantes, transformadores, criadores e realizadores de sonhos, se faz preciso que os educadores sejam formados para isso e qualificados para ministrar aula, para essas pessoas que não tem um posicionamento, analfabetas e muita ainda tem problemas para compreender os assuntos.

O educador tem que ser o autor principal para o processo de aprendizagem dos alunos e essencial que eles conheçam as dificuldades pertencentes na vida de cada e no campo. O educador na educação do campo acrescenta na vida dessas pessoas além da escola, mas enriquece a mentalidade com conteúdo que irão proporcionar para esses sujeitos a valorização daquilo que lhes pertencem, como a sua cultura e o desenvolvimento sustentável de suas comunidades e populações

A escola do campo possui um papel fundamental neste processo através da aplicabilidade de projetos que conscientizem a população rural a lutar pelos seus direitos. Logo, a educação do campo não tem só o poder de formar mulheres, crianças, jovens e idosos, mas sim, formar uma mente educada, promovendo a educação social desses sujeitos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovana Sitó; SELL, Léia Beatriz; CASTRO, Amanda Motta. **O trabalho da mulher no campo e suas invisibilidades**. Revista Sures, n. 11, 2018.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nova LDB** – Lei nº 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996.

CALDART, Roseli Salete. Educação do campo. In: CALDART, Roseli Salete et all (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CUNHA, Maria Amália de Almeida. **A Relação Família – Escola Rural do Campo: os desafios de um objeto em construção**. Temo In: AGUIAR, Marcia Angela da S

(org.). Educação e diversidade: estudos e pesquisas. Recife: Gráfica J. Luiz Vasconcelos Ed., 2009. V

FERNANDES, Ovíl Bueno. **Educação e desintegração camponesa: o papel da educação formal na desintegração do campesinato.** In: VIEIRA, Renato G; VIANA, Nildo. Educação, cultura e sociedade: abordagens críticas da escola. Goiânia-GO: Edições Germinais, 2002.

FERREIRA, F. F.; CUNHA, N. B. **Desafios e evolução da EJA no Brasil.** Revista Uningá, v. 40, n. 1, 2018.

GOBATO, Ana Tatiana S. C.; BEZERRA NETO, L. **As propostas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST – para a educação do campo: há a necessidade de uma formação específica?** Cadernos da Pedagogia. São Carlos, Ano 4, v. 4 n. 7, p. 2-21, jan -jun. 2010.

HAGE, Salomão. **A importância da articulação da identidade e pela educação do campo na construção da identidade e pela luta da educação do campo.** Texto apresentado no I Encontro de formação dos Educadores do Campo do Nordeste Paraense, realizado em Bragança. Abril/ 2005.

KREUTZ, I. T. L. **Educação rural: política pública e a educação que interessa ao Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra.** In: SIMPÓSIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 1. SEMANA DA PEDAGOGIA, 20. 2008

LEITE, Sergio Celani. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais.** São Paulo, Cortez, 1999.

MENDRAS, Henri. **A Cidade e o Campo.** In: QUEIROZ, Maria Izaura.P(org.) Sociologia Rural. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

MOLINA, Mônica Castagna; DE JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo. **Por Uma, Educação do Campo.** 2004.

OLIVEIRA, J. S. **Por que parou? Parou por quê? A evasão na modalidade de Educação de Jovens e Adultos.** Trabalho de Conclusão de Curso Pedagogia. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal - RN, 2017.

RODRIGUES, Thiago Oliveira. **A EDUCAÇÃO DO CAMPO COMO DIREITO DO POVO E DEVER DO ESTADO: OUTRA HEGEMONIA É POSSÍVEL?** 2019.

SANTOS, Débora Raquel dos et al. **Mulheres negras e os desafios no âmbito da educação.** 2019.

SILVA JUNIOR, A. F; BORGES NETTO, M. **Por uma educação no campo: percursos históricos e possibilidades.** Entrelaçando-Revista Eletrônica de Culturas e Educação. N. 3, 2011, p. 45 – 60.

SOARES, E. F. P. **O possível uso do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) para o planejamento escolar na rede pública municipal de Duque de Caxias (RJ)**. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro – RJ, 2016.

TARDIF, M.; LESSARD, C. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interação humana**. Tradução de João Batista Kreuch. 3. Ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

Recebido em: 10/11/2022

Aprovado em: 15/12/2022

Publicado em: 23/12/2022